

Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social¹

Martha Traverso-Yépez

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Este trabalho é sobre a linguagem e sua importância na Psicologia Social. Esta forma de abordar a Psicologia Social através da linguagem resgata as contribuições dos psicólogos soviéticos Vygotsky, Voloshinov e Bakhtin, e do norte-americano George H. Mead. Traça-se, em seguida, o percurso do desenvolvimento teórico da denominada Psicologia “discursiva” dos últimos anos, ressaltando-se sua aproximação com os significados e os efeitos ideológicos e estruturantes da linguagem. A vantagem desta aproximação ao universo simbólico, social e historicamente construído, é a possibilidade de destacar a importância da interação humana e do contexto social na construção e na permanente recriação dos denominados processos psicossociais, tais como percepções, atitudes, idéias, representações, crenças, valores, filiações sociais etc.

Palavras-chave:
Psicologia
Social,
linguagem,
dimensão
simbólica,
discursos

Abstract

The discourses and the symbolic dimension: an approach to social psychology

This paper is about language and its importance for social psychology. This approach to social psychology through

Key-words:
social
psychology,
language,
symbolic
dimension,
discourses

language emphasises the contributions of Soviet psychologists Vygotsky Voloshinov and Bakhtin and of the North-American George H. Mead. We also overview the recent theoretical development of the discourse analysis perspective pointing out its concern for meanings and for the constructional effects of language. The advantage of this approach to the symbolic universe, socially and historically constructed, is that it let us consider the importance of human interaction in the construction and permanent recreation of the psychosocial processes, such as perceptions, attitudes, ideas, representations, beliefs, values, social identities etc.

A preocupação com os discursos é parte do desenvolvimento convergente de várias disciplinas. A Lingüística, a Semiótica, a Sociologia, a Teoria da Comunicação, a Antropologia, e também a Psicologia Social, coincidem, nos últimos anos, em trabalhar com textos ou discursos. Este trabalho visa ressaltar certos aspectos epistemológicos que considero relevantes para o estudo dos fenômenos psicossociais sob uma perspectiva transcultural.

Um dos principais alicerces desta abordagem tem sido o reconhecimento da natureza simbólica da realidade social. Como destaca Ibañez (1989, p. 118), “não é a natureza do objeto, mas o tipo de relação em que o fenômeno está inserido, o que confere-lhe sua dimensão social, e esta relação é eminentemente simbólica”. Estamos afirmando, então, que o social do psiquismo humano não está determinado pela tipologia dos “objetos” (outros sujeitos), mas se constitui a partir da construção de um mundo de significados compartilhados num conglomerado humano, sendo, portanto, um processo social, cultural e historicamente situado.

A preocupação com o universo simbólico social e historicamente construído condiciona, forçosamente, a situar o objeto de estudo da Psicologia Social nas coordenadas do tempo e espaço nas quais tem progredido, estando, portanto, em lógica oposição à tendência da Psicologia Social mais tradicional de estabelecer critérios de predição dos comportamentos a partir de leis supostamente universais. Tal preocupação põe em destaque, ainda, a importância do contexto sócio-cultural sem necessidade de incorrer na consideração de fronteiras artificialmente sustentadas como pode acontecer na defesa de “Psicologias nacionais” por parte de alguns teóricos latino-americanos (Traverso, 1996) Além disso, permite ainda esclarecer com maior transparência que praticamente toda a Psicologia humana é forçosamente “social”.

Os discursos

O termo “discurso”, como a maioria dos termos conceituais nas ciências sociais, caracteriza-se por uma grande ambigüidade. Tal ambigüidade é conseqüência dos múltiplos usos, desenvolvimentos e perspectivas nas diferentes disciplinas e, inclusive, dentro de uma mesma disciplina, mas segundo diferentes critérios conceituais. Como expressou Voloshinov² (1929/1992, p. 49), “em cada signo ideológico se cruzam os acentos de diversas orientações”, sendo importante esclarecer o sentido dado a cada termo conceitual.

Em Psicologia Social, como no campo da Semiótica, podemos considerar os textos ou discursos como seqüências de signos que produzem sentido. A teoria da significação é central no desenvolvimento do que Lozano, Peña e Abril (1986, p. 16) denominam “semiótica textual ou semiótica discursiva”, na qual o alvo de estudo estaria mais centrado “no que os signos **fazem**, mais que no que eles **representam**”. Sob o mesmo rótulo, inscreve-se um conjunto de enfoques teóricos e metodológicos que vinculam a linguagem à ação. Ou seja, os discursos têm sentido enquanto se constituem em unidades de (inter)ação social e, como tais, em práticas sociais concretas. Segundo Crespo (1991, p. 92), o termo é utilizado “para fazer referência a um fragmento de interação lingüística, mas na prática se fala

de discurso para referir-se a qualquer tipo de intervenção verbal”. Para esse autor, o importante, e talvez o mais difícil, é definir o critério conceitual quando o fragmento é utilizado como unidade de análise.

A atenção crescente nos discursos ou textos é parte do desenvolvimento crítico da Psicologia Social nos últimos anos, que, além da natureza simbólica da realidade social, destaca a natureza construtivista da linguagem na interpretação e recriação da realidade social. Contudo, é importante destacar que a ênfase na linguagem e na interação social esteve presente já nas primeiras décadas deste século, tanto na Psicologia soviética de Vygotsky, e no denominado “círculo Bakhtin”, quanto no interacionismo simbólico de George Herbert Mead. Influenciado pelo materialismo dialético, Vygotsky (1934/1985), por exemplo, ressalta que no processo de conhecimento, mais que o objeto em si, o importante são os enlaces e relações referentes ao objeto de estudo. Chega, portanto, à conclusão de que o objeto de estudo da Psicologia deveria ser **a interação do homem com seu meio**, atribuindo especial ênfase ao caráter “mediador” dos instrumentos (trabalho) e signos (linguagem) na evolução histórico-social daquele. Voloshinov (1929/1992) insistia também que a Psicologia Social deveria centrar seu objeto de estudo na “interação discursiva” como inter-relação de transição entre uma formação político-social condicionada pelas relações de produção e as manifestações ideológicas da vida social. Destaca que “a psicologia social é precisamente aquele meio ambiente que, composto das atuações discursivas mais variadas, abrange todas as formas e aspectos da criação ideológica...” (p. 44)

Esse autor coloca condições, formas e conteúdos da comunicação discursiva em estreita interdependência com a realidade sócio-econômica e cultural de uma época e dos contextos específicos em que a comunicação tem lugar. Para ele, não apenas a palavra (signo) impregna e dá sentido à atividade humana ou experiência social das pessoas, mas a mesma consciência “se constrói e se realiza mediante o material dos signos, criado no processo da comunicação social de um coletivo humano. A consciência individual se alimenta de signos, cresce com base neles, e reflete em si, sua lógica e suas leis” (p. 36). Além disso, necessitando toda prática social dos argumentos

que dão sentido ou significação a tal prática, a linguagem está presente em todas as formas de atividade humana. Constitui-se, assim, em um dos indicadores mais sensíveis dos processos de inter-relação e interação indivíduo-sociedade e permite-nos tomar contato com as contradições sociais e as posições de poder expressas nas palavras.

Reflexões teóricas sobre a linguagem

Nas ciências sociais, tem existido a tendência a considerar a linguagem como um transmissor neutro de conteúdos (Rimé, 1984). O modelo de comunicação: emissor >> canal (linguagem) >> receptor, reflete essa concepção. Este modelo tem fundamento objetivo em duas funções básicas que cumprem os textos: transmitir significados e gerar novos significados. Porém, a limitação do mesmo reside em que sua perspectiva analítica pressupõe uma mensagem unívoca e singular de emissor a receptor, sem considerar o universo de significações, imerso no contexto micro e macrossocial, e o papel “mediador” que esse contexto joga na emissão dos discursos e na construção dos significados (Voloshinov, 1929/1992; Wertsch, 1988, 1993).

Uma das linhas de trabalho da Psicologia soviética tem destacado o papel significativo (“ideológico”) da linguagem (Vygotsky, 1934/1985; Luria, 1980; Voloshinov, 1929/1992). Na tentativa de explicar a atividade superior dos seres humanos, Vygotsky, por exemplo, conjuntamente com colaboradores como Luria, concentra-se no estudo da linguagem e seu papel na comunicação e na formação da consciência. Além das funções prática e poética da linguagem, apresentadas pelos formalistas da semiótica de sua época, Vygotsky desenvolve o tema da diversidade funcional da linguagem. O fato, por exemplo, de que a interação social demande forçosamente uma generalização, e com isso, o desenvolvimento do significado da palavra, leva Vygotsky a introduzir as noções de **função indicativa** e **função simbólica** desta. Como parte de sua análise genética da generalização, Vygotsky acredita que a palavra seja, inicialmente, um indicador e, nos níveis mais avançados, apareça a função simbólica da língua.

Ele atribui à atividade simbólica uma função organizadora, quando linguagem e atividade prática convergem possibilitando o desen-

volvimento das relações inter e intrapsíquica. Portanto, essa função simbólica pode ser considerada sob dois ângulos: 1) enquanto prática social que vai categorizar a realidade, refletindo-se em um sistema de signos; e 2) no nível individual, enquanto exerce também um papel mediador na função planejadora e orientadora do pensamento através do discurso interior.

Outra contribuição de Vygotsky no desenvolvimento da teoria sobre a linguagem e suas propriedades estruturais e funcionais relaciona-se com a diferenciação conceptual entre “significado” e “sentido” das palavras. O **significado**, também denominado “significado referencial” diz respeito ao sistema amplo de relações semânticas formado objetivamente no processo histórico. O **sentido**, também denominado “significado social-comunicativo” ou significado individual, refere-se aos aspectos subjetivos do significado, de acordo com o momento e a intenção. Portanto, a parte subjetiva do sentido definiria o quê, com precisão, quer dizer o falante e os motivos que o leva a efetuar tal emissão verbal. Por isso, o autor considera que a linguagem não é um reflexo da realidade, nem tem uma função simplesmente reprodutiva, mas tem uma função criativa ou de (re)interpretação da realidade.

Voloshinov (1929/1992), sem ter-se beneficiado de um convívio com Vygotsky, dá ainda um sentido mais abrangente à linguagem, com seu reconhecimento de que “a realidade concreta da linguagem enquanto discurso não é o sistema abstrato de formas linguísticas, nem uma enunciação monológica e isolada, mas o acontecimento social de interação discursiva...” (p. 132). Ele fala de “processo dialógico”, ou de compreensão do enunciado sempre através de sua elucidação no contexto correspondente. Utiliza o termo “tema” do enunciado como “sistema de signos complexo e dinâmico que trata de adequar-se a um determinado momento da geração” considerando-o uma expressão individual e indivisível com sentido. Junto com o tema está o “significado”, que refere-se ao “aparato técnico da realização do tema” podendo ser desintegrado nos elementos lingüísticos constitutivos (p. 139). Além do tema e do significado, a “valoração” completaria o sentido funcional do discurso.

O destaque da interação social obriga a situar significado, tema e valoração no processo de interação entre o falante e o ouvinte, e não na língua, nem na vida intrapsíquica de um ou de outro. O **outro**, introduzido no processo discursivo, nem sempre é uma pessoa física, mas está constituído por todas as vozes **alheias** de origens diversas: a família, o meio social, as obras científicas ou literárias, etc. e tem sempre um papel ativo na interação. Ele denomina **polifonia de vozes** ao fato que nossos enunciados estão cheios de enunciados dos outros e permeados de suas expressões e valores.

A (inter)ação social foi também central no interacionismo simbólico do norte-americano George H. Mead (1934/1990), que insistia que a Psicologia Social deveria mudar a perspectiva individualista vigente em prol de uma outra que considerasse o ponto de vista da sociedade. Esse autor ressaltou, também, a importância da linguagem e da comunicação como essenciais à ordem social, já que signos e símbolos recolhem o conteúdo da experiência, que se expressa na ação significativa. Foi Blumer (1969), discípulo de Mead, quem mudou o nome de “ação significativa” para “interacionismo simbólico” e sistematizou o pensamento de Mead ao explicar que tal conceito está baseado em três premissas: 1) o ser humano orienta seus atos para as coisas em função do que estas significam para ele; 2) o significado destas coisas deriva-se ou surge como consequência da interação social, entendida no sentido mais amplo; e 3) os significados se manipulam e modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pelas pessoas ao encarar os fatos e situações com as quais vão se deparando no decorrer de suas interações.

Uma das mais importantes contribuições de Mead foi ressaltar o papel da linguagem dentro do processo mais complexo da interação “significante”, insistindo que a significação está determinada pela interação e não constitui “estados” de consciência ou “cognições” como se concebe na perspectiva individualista. Ou seja, para Mead, e igualmente para Voloshinov, o processo social, em função da comunicação, é responsável pela presença sempre dinâmica e mutável das categorias e objetos da realidade. Mead coloca o desenvolvimento da pessoa humana (personalidade e identidade) no processo da

experiência e da atividade social, em função da natureza reflexiva que os homens possuem. O critério da comunicação simbólica de Mead vincula, assim, o conceito de processos mentais a uma teoria da ação. A reflexividade, ou seja, a capacidade de refletir sobre uma situação e adiar ou prever a reação do outro, caracteriza a ação comunicativa. A reflexividade não é, portanto, um produto metafísico, senão uma propriedade da ação significativa (Crespo, 1995).

Wertsch (1993, p. 142), baseando-se nos trabalhos de Vygotsky e Bakhtin, esclarece melhor o critério da comunicação simbólica através do conceito de “ação mediada”, com o qual identifica a relação inseparável entre “pessoa (agente) e instrumentos mediadores (linguagem)”. Ele considera a ação mediada como a principal unidade de análise da Psicologia Social, e a define como conceito “ponte” entre a Psicologia e a realidade social, baseado na idéia da ação simbólica ou natureza simbólica das ações. É, para este autor, uma forma de “elaborar uma explicação dos processos mentais humanos levando em conta a relação essencial entre tais processos e seus cenários culturais, históricos e institucionais” (p. 23)

A preocupação com a linguagem vinculada à ação implica, portanto, toda uma reorientação da pesquisa psicossocial em termos de mudar a preocupação com os constructos mentais, representações ou processos internos aos indivíduos, próprios da perspectiva cognitiva, por práticas sociais como a comunicação, a interação, a argumentação. A análise da ação implícita no contexto discursivo e retórico é, assim, a preocupação central deste enfoque.

Linguagem e ação: o ponto de vista da aproximação “discursiva”

Tal aproximação “discursiva” enfatiza, justamente, o papel da linguagem organizada em discursos, não só para expressar a realidade, mas para moldar a forma como as pessoas percebem e experimentam o mundo ao redor. Ou seja, está implícita uma concepção de linguagem como prática social e, conseqüentemente, o reconhecimento de sua natureza construtiva (Potter & Wetherell, 1987; Wetherell & Potter, 1992; Parker, 1992; Edwards & Potter, 1992; Burman &

Parker, 1993; Crespo, 1991, 1995). Seguem adiante algumas das características deste enfoque:

1. A experiência da realidade, a identidade e os fenômenos psicossociais se constituem na e através da linguagem. Seu significado é, ademais, inseparável do contexto interacional no qual ela é gerada;
2. Os discursos e os textos refletem e descrevem os objetos, eventos e categorias existentes no mundo social e natural (incluída a forma como concebemos a nós mesmos), em função de um contexto social que dá lugar às formas de fala disponíveis. Ao reconhecer que estes discursos ou textos também se constroem para agir sobre a realidade, esta perspectiva teórico-metodológica tem implicações sociais e políticas;
3. As definições e os significados não são unívocos e prefixados, mas são múltiplos e cambiantes, não apenas entre os diferentes indivíduos de um mesmo grupo social, mas também, num mesmo indivíduo, podem variar ao mudar seus parâmetros sociais de interação. A variabilidade nos relatos e inventários referentes às atitudes é mais importante e comum do que a “consistência” que os psicólogos costumam ressaltar.

A aproximação “discursiva” constitui um campo de estudo recente e é impossível falar tanto de uma concepção teórica uniforme, quanto de uma única forma de “fazer análise de discurso”. O comum a todas estas aproximações é a atenção ao significado e aos efeitos estruturantes da linguagem com relação à realidade social, associados a estilos interpretativos e reflexivos de análise (Potter & Wetherell, 1987; Shotter & Gergen, 1989; Wetherell & Potter, 1992; Burman & Parker, 1993).

Nessa abordagem, uma das críticas à Psicologia tradicional e aos métodos quantitativos dominantes é o fato daquela não considerar as características de **variabilidade, construtividade e funcionalidade** do pensamento humano. Por exemplo, as escalas valorativas subjacentes às teorias das atitudes apresentam um modelo irreal de pensamento, já que o concebem como uniforme, racional e classificável em categorias (Potter & Wetherell, 1987; Billig, 1987, 1991;

Billig et al.1988), quando a evidência empírica demonstra que estes três componentes (construção, variação e função) caracterizam melhor os processos mentais na dinâmica das interações sociais.

Contudo, Crespo (1995) considera necessário vincular os discursos ao processo de interação (relacionando “significação” e “racionalidade”), a fim de evitar um idealismo lingüístico característico em alguns dos defensores do construtivismo. Burkitt (1994) também acredita que alguns expoentes do construtivismo têm caído num “transcendentalismo” kantiano, ao concentrarem-se no papel da linguagem e nos resultados dos discursos, esquecendo que existe uma estrutura ou contexto social que condiciona a linguagem e as práticas discursivas dos sujeitos. É preciso, portanto, colocar os sujeitos sociais e suas práticas discursivas nos contextos mais amplos de práticas e relações sociais, lembrando sempre a relação dialética entre discurso e estrutura, ou melhor, entre discurso e relações de poder.

Discursos, ideologia e poder

São as relações de poder, parte das instâncias extradiscursivas que, como afirma Terán (1983) fazendo eco ao pensamento de Foucault, “não apenas transferem sua contingência aos discursos, mas também fixam os limites, já que não é possível dizer qualquer coisa em qualquer tempo e lugar. Existe um conjunto de condições de possibilidade (e conseqüentemente de impossibilidade, dentro de uma concepção negativa do poder) para a produção discursiva...” (p. 20)

Tal consideração permite relacionar este processo de definição e articulação de uma versão da realidade com os recursos do poder por meio dos quais uma versão é estabelecida e outras são desestimadas. Privilegiar umas versões tem, forçosamente, conseqüências políticas e sociais e fundamenta-se no conhecimento consciente ou inconsciente de que os discursos têm poder para construir as formas sociais de jeito opressivo para certos grupos. Por isso, para Wetherell e Potter (1992), não existe contradição “entre uma visão dos discursos como construtivos e uma visão dos discursos como ideológicos – onde o compromisso de estudar a ideologia é também um compromisso com a

crítica a certas posições, contra algumas das formas em que o poder é exercido e justificado através de práticas argumentativas” (p. 68).

É central, nas relações de poder, a construção ativa de definições e identificações de grupos e solidariedades sociais, que se traduzem nos discursos e outras práticas sociais, justificando a importância de estudar as construções discursivas sobre categorias como raça, cultura, nação, classe, gênero. Enquanto fenômenos sociais que são, as versões sobre estas categorizações grupais não só indicam as formas como as semelhanças e as diferenças são construídas com recursos discursivos historicamente disponíveis e passíveis mas, também, esclarecem a funcionalidade de tais categorizações para as relações de poder vigentes (Parker, 1992).

A apreciação não invalida a presença de uma estrutura social na qual forças materiais econômicas e políticas definem uma realidade estrutural e a possibilidade de certos gêneros discursivos. Mas importa enfatizar que, ainda que as práticas lingüísticas não sejam tão poderosas como as práticas econômicas e políticas, são efetivas em reforçar e legitimar as práticas materiais, assim como as relações de dominação que permitem essas práticas (Larrain, 1979; Fairclough, 1992). Levar em conta a estrutura social e as relações de poder, que devem ser “legitimadas” (ideologizadas), afasta-nos dessa visão individualista dos fenômenos sociais complexos, que pressupõe centrar-se nos comportamentos dos sujeitos em termos de motivações, atitudes e patologias individuais. Permite-nos, portanto, colocar no quadro mais amplo da estrutura social que contextualiza os processos psicossociais e dá sentido aos mesmos.

Nesta perspectiva, um dos constructos a considerar é a ideologia. Estreitamente relacionado com o tema da alienação, foi muito comum nas ciências sociais da década dos 60 e 70. Ainda que presente na Psicologia Social do “Terceiro Mundo” (Veron, 1969; Montero, 1984, 1990; Martín-Baró, 1984, 1987), a inclusão da ideologia como processo psicológico é mínima nos países desenvolvidos em relação ao total de produção científica disponível e quase se limita aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Psicologia Social britânica nos últimos anos (Billig, 1991; Billig et al., 1988; Parker,

1989, 1992; Wetherell & Potter, 1992). Para Parker (1989, p. 1), o principal problema reside em que a Psicologia Social, como instituição acadêmica “está estruturada de tal forma, que tende a deixar de lado aquilo de maior interesse na interação social: linguagem, poder e história, desviando os esforços por desconstruir sua função opressiva de uma forma prática”. Propõe, então, uma aproximação crítica à Psicologia Social através de uma compreensão política (ideologia, poder e a cultura da qual é parte) da interação social que enlace pesquisa e mudança social.

Nesta linha crítica, Billig (1991) reconhece o papel da ideologia na apresentação de abstrações metafísicas ou idéias liberais que escondem ou dissimulam as bases reais de poder e exploração das relações sociais. Estas abstrações metafísicas e os fenômenos descontextualizados são freqüentes nas ciências sociais, e deixam a impressão de que a sociedade está natural, razoável e harmoniosamente organizada.

O termo ideologia, desde sua adoção por Destutt de Tracy e os ideólogos franceses durante a época da Revolução, assume uma variedade de conotações e matizes. A Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais ressalta algumas delas. Além de reconhecer que pode significar “concepção do mundo, crenças, sistemas e correntes de pensamento, opinião pública e até atitude”, toma-o em seu sentido mais amplo como “uma das formas que podem abranger os diversos modelos integradores das crenças morais e cognitivas sobre o homem, a sociedade e o universo”.

Gramsci (1977) define também a ideologia como uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente em todas as expressões da vida (no arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva). Inclusive, Marx, em *Para a Crítica da Economia Política* aponta esta acepção em sua definição da “superestrutura”. Contudo, da variedade de definições e concepções da ideologia, consideramos que a mais útil para a Psicologia Social é aquela que a define, não como um tipo particular de mensagem ou uma classe de discurso social, mas como um nível de significação (Veron, 1969; Therborn, 1987; Thompson, 1984).

Voloshinov (1929/1992) também aponta que “todo produto ideológico possui uma significação: representa, reproduz, substitui algo que se encontra fora dele, isto é, aparece como signo... () Onde há um signo há ideologia. Toda ideologia possui uma significação sígnica” (pp. 31-33).

O caráter “sígnico”, ou seja, a capacidade de significar, de transcender, de refletir e refratar uma realidade física ou abstrata, é o essencial da ideologia. Por conseguinte, a linguagem, no sentido mais amplo e filosófico do termo, seria o fenômeno ideológico por excelência. Considerando que todo “signo ideológico”, incluído o verbal, está determinado pelo contexto social de uma época dada e de um grupo social determinado, Voloshinov sugere como pautas metodológicas, até agora válidas: “1) não dissociar a ideologia da realidade material do signo (...); 2) não separar o signo das formas concretas de comunicação social (...); e 3) não separar as formas da comunicação de sua base material” (p. 47).

A renovada preocupação pelo estudo da ideologia dos últimos anos tem sido enriquecida com a reflexão sobre a linguagem, sendo esta a forma de circulação das idéias no mundo social. Vemos que idéias, crenças e práticas simbólicas, em geral, estão vinculadas ao processo de legitimar relações assimétricas de poder e estão permeando todas as práticas sociais e atividades da vida cotidiana que tendem a naturalizar o *status quo* existente. Daí Parker (1989) considerar importante ir além da conotação neutra de ideologia como um simples conjunto de crenças, até aquela que ressalte sua dimensão crítica. Segundo este autor, “uma adequada noção de ideologia deve incluir uma apreciação da importância do conflito e, portanto, compreendê-la como consequência das relações de poder em discursos e textos” (p. 4).

Esta visão da ideologia leva-nos, também, a questionar a significação da ideologia como “falsa consciência” ou falsidade, que cobre as relações sociais de exploração e impede aos sujeitos tomar consciência dela (pelo menos como uma generalização abrangente). Talvez a razão mais lógica para rejeitá-la seja o fato de apresentar as pessoas como receptoras passivas e incapazes de juízo. Assim, a pró-

pria experiência latino-americana com relação às marcadas desigualdades sociais, ratificam o critério de Abercrombie, Hill e Turner (1987), no sentido de que os sujeitos aceitam a ordem social vigente, não tanto porque a achem justa ou aceitável, e sim porque está aí e não vêem outra alternativa. Servindo-se de diferentes fontes bibliográficas, estes autores diferenciam entre “a aceitação normativa, em que o indivíduo interioriza as expectativas morais da classe dominante e considera legítima sua própria posição de inferioridade, e a aceitação pragmática, em que o indivíduo se submete porque não percebe uma alternativa realista” (p. 190), sendo esta última resultado do caráter coercitivo da vida cotidiana e/ou das rotinas condicionadas por esta.

A este respeito, ilustrativa é a análise realizado por Berger e Luckman (1989) sobre a vida cotidiana, ressaltando que a mesma constitui para os indivíduos “a suprema realidade”, e ajudando a compreender mais objetivamente o papel que ela tem na reprodução da ideologia:

“Apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados como objetos antes de minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivções e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim” (p. 38).

Vemos que, segundo estes autores, “a realidade da vida cotidiana é admitida como sendo **a realidade**. Não requer maior verificação, que se estende além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como facticidade evidente e compulsória...” (p. 41). A concepção que subjaz a estes argumentos é que o homem é um animal de costumes, a menos que através da socialização realmente assimile o gosto pela condição tão humana de transformar, construir e desenvolver novas idéias ou idéias alternativas. Parece que aquilo em que

os processos ideológicos são mais efetivos é em condicionar, através de todas as instituições socializadoras, o apego à passividade e à lei do menor esforço, coisa que não deve resultar muito difícil, considerando a grande evidência existente dos níveis de conformidade e coação que condicionam a realidade externa por todas as partes. Essa tendência dos sujeitos de não complicar a vida e sentir que, ainda que precário ou insatisfatório, há terreno firme (tanto no sentido físico, quanto das idéias) onde pisar, é sustentada por Elias (1990). Este autor sugere que, embora os filósofos tenham nos exortado através dos séculos com o “conhece-te a ti mesmo”, no momento em que se apresenta este desafio, a maioria das pessoas muito provavelmente responde com um “tanto não queremos saber”.

Vemos que as ideologias permeadas nas práticas sociais, especialmente nas discursivas, são mais efetivas a partir do momento em que, por sua persistência, chegam a ser naturalizadas. Ainda assim, pensar que é uma situação irreversível é não reconhecer o caráter dialético e processual das ideologias (Fairclough, 1992). Fairclough considera que, sendo as ideologias “significações / construções da realidade” (do mundo físico, das relações sociais, das identidades sociais etc.), abrem o caminho à investigação das práticas discursivas como formas “materiais” da ideologia, onde não falta a luta ideológica como mais uma dimensão de tais práticas.

Igualmente, a relação entre estrutura e ideologia está estreitamente ligada a um dos temas que preocupa esse autor e ao questionamento se a ideologia é uma propriedade das estruturas ou uma propriedade dos eventos. Sua posição é que a ideologia encontra-se tanto nas estruturas (que constituem o resultado de eventos passados e o contexto dos eventos presentes), quanto nos eventos (entanto reproduzem ou transformam as estruturas condicionantes). No mesmo sentido, reconhece que os sujeitos não estão apenas ideologicamente posicionados (efeito ideológico), senão que “são também capazes de atuar criativamente fazendo suas próprias conexões entre as diferentes práticas e ideologias às quais estão expostos, além de reestruturar práticas e estruturas posicionadas” (p. 91).

Isto define uma estreita inter-relação entre ideologia, hegemonia e discursos, onde uma configuração muito instável e até contraditória de elementos condiciona a busca de conexões explicativas na natureza das práticas sociais das quais são parte. Neste tipo de análise, a dimensão psicológica é importante, já que repousa em pressupostos sobre a natureza do pensamento e a transferência de mensagens. Perspectiva que, além disso, tem uma função “esclarecedora” daquelas formas de “sentido comum” que operam e justificam um sistema social, e permite deixar em evidência o que de alienante há nos pressupostos enraizados na vida cotidiana (Billig, 1991).

Os aspectos dilemáticos e retóricos da ideologia são ressaltados por Billig (1987, 1988) e Billig et al. (1991), que enfatizam que, da mesma forma que os teóricos do cognitivismo têm ignorado os processos ideológicos, os teóricos da ideologia amiúde têm subvalorizado o pensamento dos indivíduos e sua natureza social, “já que são vistos como receptores cegos da tradição ideológica” (Billig, 1988, p. 2). A incorporação à Psicologia Social do caráter retórico assim como ideológico do pensamento humano e a estreita inter-relação entre os três (Psicologia Social, retórica e ideologia), enriquece substancialmente a análise das práticas discursivas.

Tudo isso leva a concluir que o caráter controvertido, ambíguo e até contraditório de todas as manifestações do pensamento é muito difícil de ser apreendido pela Psicologia Social cognitiva. É realmente através de uma aproximação discursiva que se pode apreender e compreender a funcionalidade do fenômeno ideológico. A linguagem como ação ou prática social precisa sempre do contexto e argumentações que indiquem o objetivo ou intencionalidade do discurso. Igualmente, esta abordagem está pendente do nível de racionalidade dos argumentos próprios e dos contrários, em oposição a uma concepção unívoca da verdade (Billig, 1987). A prática da pesquisa psicossocial ainda permite a possibilidade de abordar a forma e os meios como, ao mesmo tempo, os discursos se encontram e atuam, definindo e organizando novas possibilidades políticas de ação.

Modelo de trabalho

Portanto, esta forma de abordar a Psicologia Social possibilita apreciar as formas como os sujeitos, situados em seu contexto sócio-cultural, vêm, compreendem e atuam sobre a realidade de uma forma sempre dinâmica e mutante. Esta visão afasta-nos da tendência da Psicologia Social tradicional, que considera os processos psicossociais como categorias fixas nos cérebros dos sujeitos.

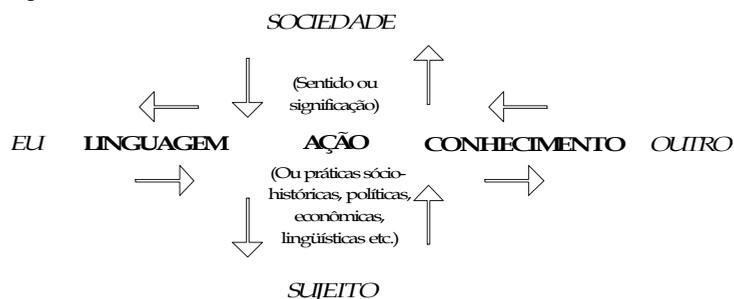
Discursos e textos sobre a realidade não podem, portanto, ser considerados lineares. Parece lógico esperar uma marcada flexibilidade e variabilidade, tanto no que se refere à concepção sobre a realidade social, quanto sobre os argumentos de legitimação das diferentes versões. É possível também encontrar uma diversidade de estratégias argumentativas, assim como códigos escondidos e marginais que nunca faltam.

Esta abordagem permite, igualmente, ver a relação de conflito entre as estratégias argumentativas e os resultados materiais do discurso mediante a vinculação entre as diferentes estratégias utilizadas e as estruturas existentes de poder (conexão entre formas de significado e formas de poder). Além disso, pode observar-se até que ponto os discursos são sustentados em argumentos condicionados por essas estruturas, ou são argumentos que as desafiam. Neste último caso, as relações de conflito, sempre presentes na sociedade, ficam em evidência, assim como as formas de legitimação ou justificação empregadas pelas pessoas ou grupos que fazem a avaliação. Outra vantagem importante é a possibilidade de analisar a forma como se conecta o discurso da pessoa sobre a realidade social com sua biografia pessoal e sua identidade.

A partir desta perspectiva, pode abordar-se o objeto de estudo da Psicologia Social como o espaço psicossocial de interações complexas, no qual se constróem as possibilidades de ação humana (manifestadas através das práticas – tanto individuais quanto coletivas - construídas em um contexto sócio-histórico). Por isso, o processo de interação social ficaria incompleto se representado graficamente apenas numa relação linear, por não considerar que os significados vêm sendo elaborados e recriados acumulativamente ao longo de

interações anteriores. Ao levar em consideração este espaço compartilhado de sentidos e significações das ações ou práticas sócio-históricas que define o “social” da Psicologia humana, a Psicologia Social necessariamente agrega os sentidos sincrônico e diacrônico na sua análise. Aquelas significações e seus processos psicossociais implícitos – percepções, atitudes, idéias, representações, crenças, filiações sociais etc. - estão sempre permeando as novas interações sociais. Este espaço de “significações” das práticas sócio-históricas, como objeto de estudo da Psicologia Social, ficaria representado da seguinte forma:

Figura 01



Referências

- Abercrombie, N., Hill, S., & Turner, B. S. (1987). *La tesis de la ideología dominante*. México: Siglo Veintiuno.
- Berger, P., & Luckman, T. (1989). *La construcción de la realidad social* (9ª reimpressão). Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1968).
- Billig, M. (1987). *Arguing and thinking. A rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions, studies in Rhetorical Psychology*. London: Sage.
- Billig, M., Condor, S., Edward, D., Gane, M., Middleton, D., & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas: a social psychology of everyday thinking*. London: Sage.
- Blumer, H. (1969). *El interaccionismo simbólico: perspectiva y método*. Barcelona: Hora.

- Burkitt, I. (1994). The shifting concept of the self. *History of the human sciences*, 7 (2), 7-28.
- Burman, E., & Parker, I. (1993). Discourse Analysis: the turn to the text. In E. Burman & I. Parker (Orgs.). *Discourse analytic research, repertoires and readings of texts in action*. London: Routledge.
- Crespo, E. (1991). Lenguaje y Acción: El análisis del discurso. *Interacción Social*, 1, 89-101
- Crespo, E. (1995). *Introducción a la psicología social*. Madrid: Editorial Universitas.
- Edwards, D., & Potter, J. (1992). *Discursive psychology*. London: Sage.
- Elias, N. (1990). *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Península.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.
- Gramsci, A. (1977). *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Ibañez G., T. (1989). La psicología social como dispositivo desconstruccionista. In T. Ibañez G., *El conocimiento de la realidad social* (pp. 109-133). Barcelona: Sendai.
- Larrain, J. (1979). *The concept of ideology*. London: Hutchinson.
- Lozano, J., Peña-Marin, C., & Abril, G. (1986). *Análisis del discurso. Hacia una semiótica de la interacción textual*. Madrid: Cátedra.
- Luria, A. R. (1980). *Conciencia y lenguaje*. Madrid: Pablo del Río Editor.
- Martín-Baró, I. (1984). *Psicología social: sistema, marginalidad y poder*. San Salvador: Universidad Centroamericana Simeón Cañas.
- Martín-Baró, I. (1987). El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In M.Montero (Org.), *Psicología política latinoamericana* (pp.135-162). Caracas: Panapo.
- Mead, G. H. (1990). *Espiritu, persona y sociedad, desde el punto de vista del conductismo social*. Mexico: Paidós (Obra original publicada em 1934).
- Montero, M. (1984). *Ideología, alienación e identidad nacional: Una aproximación psicosocial al ser venezolano*. Caracas: UNV.
- Montero, M. (1990). La psicología de la dependencia: de la ideología a la alienación. En B. Jiménez-Domínguez (Org.), *Aportes críticos a la psicología social en América Latina* (pp. 52-76). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.

- Parker, I. (1989). *The crisis in modern social psychology - and how to end it*. London: Routledge.
- Parker, I. (1992). *Discourse dynamics*. London: Routledge.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- Rimé, B. (1984). Lenguaje y comunicación. In Moscovici, S. (Org.). *Psicología Social* (Vol. 2, pp. 535-571). Barcelona: Paidós.
- Shoher, J., & Gergen, K. J. (Orgs.). (1989). *Texts of identity*. London: Sage..
- Terán, O. (1983). Presentación de Foucault. In M. Foucault, *El discurso del poder*. México: Folios.
- Therborn, G. (1987). *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Madrid: Siglo XXI.
- Thompson, J. (1984). *Studies in the theory of ideology*. Cambridge: Polity.
- Traverso-Yépez, M. (1996). *La identidad nacional en Ecuador. Un acercamiento psicosocial a la construcción nacional*. Tese de doutorado não-publicada. Universidad Complutense, Madrid.
- Veron, E. (1969). Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política. In E. Veron (Org.). *Lenguaje y comunicación social*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Voloshinov, V. N. (1992). *El marxismo y la filosofía del lenguaje*, Madrid: Alianza (Obra original publicada em 1929).
- Vygotsky, L. V. (1985). *Pensamiento y lenguaje*. Buenos Aires: Editorial La Pleyade (Obra original publicada em 1934).
- Wertsch, J. V. (1988). *Vygotsky y la formación social de la mente*. Barcelona: Paidós.
- Wertsch, J. V. (1993). *Voces de la mente, un enfoque sociocultural para el estudio de la acción mediada*. Madrid: Visor .
- Wetherell, M., & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: discourse and the legitimation of exploitation*. Hassocks, Sussex: Harvester/Wheatsheaf.

- Nota*
- ¹ Agradecimento especial à Prof^a. Denise Ramalho Dantas de Araújo pela paciente leitura, sugestões e incentivo à publicação desse trabalho.
- ² Embora assinado por Valentin Volshinov, integrante do denominado “círculo Bakhtin”, acredita-se que o texto pertence realmente a Mijail Bakhtin, ou que foi escrito sob sua inspiração direta e publicado sob o nome de seu colaborador, pelos problemas desse pesquisador frente à representação estalinista.

Martha Traverso-Yépez, doutora em Psicologia pelo Departamento de Psicologia Social da *Universidad Complutense de Madrid* (Espanha), é professora visitante no Departamento de Psicologia da UFRN. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Psicologia, Caixa Postal 1622, Natal, RN, CEP 59078-970. E-mail: traverso@ufrnet.ufrn.br.

Sobre o autor

Recebido em 17.08.1998
Revisado em 18.02.1999
Aceito em 13.04.1999